

RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: A EMERGÊNCIA DA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PEDAGOGOS/AS MILITANTES!

Emanuelle Lourenço do Nascimento

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

emanuelleln@outlook.com

GT- Educação, diversidade e formação humana: gênero, sexualidade, étnico-racial, justiça social, inclusão, direitos humanos e formação integral do homem

RESUMO

O presente texto busca refletir sobre a influência do gênero na formação e atuação dos pedagogos/as, discutindo o que são relações sociais, entendidas aqui com relações entre grupos que possuem interesses antagônicos e estão em disputa. As relações sociais, por conseguinte, se diferenciam das relações intersubjetivas, as quais se expressam nas relações entre indivíduos concretos. São exploradas as relações sociais de gênero/classe/etnia-raça e sua dimensão materialista (histórica), dinâmica e invariante, além de considerar as leituras sociais que os sujeitos fazem delas, já que estas podem se prestar tanto à conscientização quanto a conformação social. É a partir dessa contextualização que será discutido como se produzem e reproduzem as relações sociais de gênero, desvelando sua articulação com as noções de “gênero” e “sexo” e seus limites e possibilidades conceituais. Parte-se do pressuposto de que as relações sociais de gênero são consubstanciais e coextensivas às relações sociais de classe e raça. Para isso o artigo foi dividido em três eixos: o primeiro irá discutir as relações sociais de classe, gênero e etnia-raça enquanto nó consubstancial; o segundo se deterá a realizar notas explicativas sobre as relações sociais de gênero, relacionando os termos “gênero” e “sexo”; o terceiro tratará especificamente sobre as articulações entre as relações sociais de gênero e a formação e atuação dos pedagogos/as, apontando para a emergência desses/as profissionais articularem reflexão e ação, em uma prática militante. A pesquisa realizada foi de caráter bibliográfico, através de referências como Delphy (2009), Freire (2016), Kergoat (2009), Marx e Engels (2003), Mathieu (2009), Silva (2011) e Varikas (2009).

Palavras-chave: gênero; formação; pedagogos/as.

RELAÇÕES SOCIAIS DE CLASSE, GÊNERO E ETNIA-RAÇA: O NÓ CONSUBSTANCIAL

As relações sociais, no sentido marxista do termo, se constituem em relações entre classes que possuem interesses antagônicos e, em consequência, travam uma disputa. Conforme Kergoat (2009, p. 94) “toda relação social é, assim, uma relação conflituosa”. As questões de classe, gênero e etnia-raça situam-se dentre as relações sociais, já que assumem a forma de conflito entre a burguesia e os trabalhadores; homens e mulheres; brancos e não-brancos. Essas relações sociais caminham juntas, visto que

as relações sociais são *consubstanciais*; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente. (KERGOAT, 2009, p. 94).

Dito de outro modo, as relações sociais de classe, gênero e etnia-raça encontram-se intimamente entrelaçadas, possuem a mesma substância (consustancialidade) e, ao mesmo tempo em que se desenvolvem, se auto-determinam e determinam umas às outras (coextensividade). Rejeita-se aqui a noção de “interseccionalidade”, que pressupõe a junção de coisas anteriormente separadas, o que não expressa o *modus operandi* das relações sociais. É relevante destacar também que as relações sociais, sob essa perspectiva, não possuem prioridade umas sob as outras, elas são dinâmicas (históricas), se definem a partir do caráter materialista, enquanto relações de produção, nas quais se inscrevem exploração, dominação e opressão. Nesse ínterim, as relações sociais possuem invariantes também, ou seja, elementos estanques que precisam ser conhecidos para uma análise efetiva dessas relações sociais. No caso das relações sociais de gênero, quando analisamos, por exemplo, o reconhecimento atribuído ao trabalho feminino é importante considerar dois pontos: os trabalhos exercidos por mulheres são inferiorizados em relação aos exercidos por homens e são atribuídas funções diferentes para mulheres e homens.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho não representa concretamente nenhuma transformação no sistema patriarcal, que garante a dominação masculina sobre o gênero feminino, independente da ordem das relações que estabelecem, sejam maridos, pais, patrões etc. está garantida possibilidade de subjugar as mulheres em razão do seu sexo/gênero (DELPHY, 2009). Desse modo, ainda que as mulheres sejam

contratadas, as desigualdades entre elas e colegas de trabalho homens perduram, através de diferenças salariais, da segmentação dos postos que podem ocupar, da continuidade da exploração de seu trabalho doméstico na esfera familiar, dentre outros artifícios. Ainda que superadas algumas das barreiras socialmente impostas ao gênero feminino, isso não representa o fim de uma estrutura que alimenta a desigualdade. A necessidade de mão-de-obra para o sistema capitalista é a primazia dessa absorção das mulheres, que são submetidas, enquanto classe trabalhadora, a contradição da relação entre capital e trabalho e, além disso, continuam a ser as únicas a arcar com os trabalhos domésticos.

Considerando que as relações sociais ocorrem em um plano macro, a superação de suas contradições não ocorrerá por via do plano individual, mas apenas através da ação coletiva de transformação da realidade. Uma reflexão sobre as relações sociais de gênero/classe/etnia-raça que esteja aliada à prática precisa necessariamente considerar qual a interpretação que os sujeitos políticos fazem dessas categorias. A esse respeito Kergoat (2009) elenca a existência de dois níveis distintos de realidade: as relações intersubjetivas e as relações sociais. Sua distinção reside no fato de que enquanto as relações intersubjetivas se realizam entre os indivíduos concretos, as relações sociais se dão de forma abstrata entre grupos sociais que possuem interesses antagônicos. As relações intersubjetivas abarcam, por exemplo, relações românticas, amigáveis, dentre outras e são consequência e causa das relações sociais.

Ainda que, no plano intersubjetivo, a vaga em um posto de trabalho qualificado represente para sua ocupante ascensão social, maior remuneração e melhores condições de trabalho, essa vivência e constatação, de ordem individual, não excluem a continuidade do mesmo estado de coisas no plano das relações sociais, em que há a permanência dos processos de exploração, dominação e opressão.

De igual modo, podemos analisar as questões de classe e etnia-raça, embora aqui, considerando o nosso objeto de estudo, essa não seja a questão central e para fins didáticos, ainda que sempre considerando o nó consubstancial, os próximos tópicos irão centrar-se especificamente nas relações sociais de gênero.

RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: NOTAS EXPLICATIVAS

Sexo e gênero¹ possuem significados diversos nas diferentes sociedades humanas. Não existe uma percepção homogênea sobre como caracterizar esses termos, os quais podem, no caso do sexo, designar mais do que a binariedade pode nos fazer supor (a existência de pessoas intersexo, por exemplo) e no caso do gênero possui barreiras pouco estanques, que variam essencialmente através da influência da cultura.

O sexo designa as diferenças biológicas entre os seres da espécie humana. Essas diferenças são supervalorizadas, o que gera a diferenciação das funções em virtude do sexo. Este, que é um fato essencialmente natural e, por si só, não configura uma hierarquia, é utilizado como critério social para que seja atribuído o gênero, que de acordo com a norma socialmente estabelecida: é feminino ou masculino. Sendo assim, às fêmeas da espécie humana é atribuído o gênero feminino e aos machos da espécie humana o gênero masculino. (MATHIEU, 2009).

A divisão das funções produtivas (exercidas no âmbito do trabalho) e reprodução (exercidas no âmbito familiar) da vida humana opera-se segundo essa lógica, que estabelece a divisão sociossexual do trabalho, além de diferenças de comportamentos, físicos ou psicológicos, e demarca uma desigualdade de acesso a recursos materiais. Isso afeta a ação de mulheres e homens nas diferentes esferas, seja da vida privada, no âmbito familiar, no cuidado dos filhos e na realização dos afazeres domésticos, seja na vida pública, que se realiza na escola, no trabalho, na política etc.

Assim, a extensão para a quase totalidade da experiência humana daquilo que é apenas uma diferenciação funcional em *uma* área leva a maioria dos seres humanos a pensar em termos de *diferença* entre os sexos como uma divisão ontológica irreduzível em que sexo e gênero coincidem e cada um deles é exclusivo em relação ao outro. Mas a gramática do gênero, ideal e factual, ultrapassa por vezes a “evidência” biológica da bicategorização – aliás, ela própria problemática – conforme demonstra a complexidade de mecanismos de determinação de sexo. (MATHIEU, 2009, p. 223)

A igualdade entre homens e mulheres, portanto, é um horizonte para aqueles e aquelas que acreditam em um mundo mais justo. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)², por exemplo, encontram-se artigos que apontam para a igualdade

¹ A utilização dos termos sexo e gênero, que possuem sentidos diferentes, aqui ocorre para vias didáticas. O intuito de abordar a categoria sexo é emergir as raízes que operam a desigualdade entre os gêneros, não se visa eufemizar o termo “sexo” que, em essência, é a base para a diferenciação operada socialmente. O gênero existe em função do sexo.

² Em linhas gerais a Declaração Universal dos Direitos Humanos se dedica a proposição de máximas com vistas à seguridade dos direitos políticos, civis, sociais, econômicos e culturais de todos os

como uma necessidade para a concretização da vida humana em sua plenitude. A ideia de igualdade, se expressa de acordo com Varikas (2009), através de duas dimensões: a *descritiva* e a *declarativa*. A dimensão descritiva diz respeito a uma herança natural da humanidade. Já a dimensão declarativa refere-se à uma compreensão política. Os direitos iguais são declarados porque não existem no plano empírico, mas apenas no teórico, enquanto utopia humana. Para que se realizem de fato é necessário que seja posto no horizonte político de homens e mulheres que tratarão de instituir uma nova ordem social. De acordo com a DUDH a igualdade seria, nas palavras de Varikas (2009), compreendida “como um *fato* mais do que como um *imperativo*”, ou seja, como uma determinação natural e, pra além da historicidade em que se consumam as relações sociais. Essa compreensão se alia especialmente à uma orientação conservadora de ação na realidade, que pretende promover a ideia de uma “igualdade” intrínseca a existência de todos os seres humanos sem considerar suas condições de desigualdade que, aliás, são patentes desde seu nascimento e aferição social do seu gênero, assim como raça e classe.

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS/AS PEDAGOGOS/AS E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

No sistema capitalista os antagonismos entre grupos com interesses distintos, que ocorre em meio a conflitos e processos de exploração, dominação e opressão, desenvolvem preconceitos de classe/gênero/etnia-raça com o intuito de manter o poder da classe dominante.

A classe dominante submete a seus interesses as ideias daqueles que subjugam em toda a extensão – os que não tem os meios de produção material e espiritual, modelando as ideias de determinada época e apresentando-as como de *todos*, isto é, como universais. Mais do que isso, a classe dominante apresenta essas ideias como válidas. (SILVA, 2011, p. 53)

Essa compreensão apresenta uma tarefa urgente para os trabalhadores/as da educação, ou seja, possuir uma visão crítica sobre as relações de gênero, considerando-as como indissociáveis das relações de classe e etnia-raça, inserindo-as no âmbito da

seres humanos, sem distinções. Já no preâmbulo da Declaração é manifestada a fé “na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declaram resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla”. Igualdade e liberdade são duas das palavras mais constantes no texto. Já no seu Artigo 1º isso pode ser aferido: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”

disputa de consciências e, portanto, do seu fazer profissional. Aos pedagogos/as, que atuam com grupos das mais diferentes idades e origem social, econômica e familiar diversas, o trabalho é árduo, e exige um comprometimento verdadeiramente militante.

A militância se expressa não só no campo da ação, porém também no da reflexão, isto é, do exercício intelectual, estudo totalizante da realidade social, buscando compreender como se dão as relações entre os sujeitos concretos, historicamente. É necessário compreender como uma ordem desigual como o capitalismo se alimenta da dominação promovida pelo patriarcado para garantir a sua manutenção e conhecer os efeitos reais disto na vida de mulheres e homens. Afinal, se o ambiente escolar não está dissociado, mas ao contrário, é parte integrante da sociedade e se estrutura em função da sua relação dinâmica com esta, nele serão constantemente expostas as contradições dessa desigualdade.

O machismo é a expressão disso, se apresentando como uma opressão que afeta as relações entre homens e mulheres que, obviamente, não está dissociada das relações sociais de classe e raça-etnia. Efeitos dessa opressão são as violências e abusos de todas as ordens às quais as mulheres estão submetidas seja violência sexual, obstétrica, psicológica, doméstica dentre outras. Seu gênero circunscreve-as em um lugar de passividade e submissão diante de indivíduos do gênero masculino, a partir de uma hierarquia social e historicamente construída. Esse lugar é, em verdade, um *não-lugar*, já que interdita os sujeitos do gênero feminino de realizarem muitas das escolhas que influem sobre suas próprias vidas, afinal não lhes fornece opções. Seja no âmbito público quanto no privado.

É no ambiente familiar, por exemplo, que se desenvolve a exploração econômica das mulheres, pois é lá que elas realizam um trabalho não remunerado, em um regime semelhante à servidão. As relações matrimoniais estão marcadas por essa relação de dominação, o trabalho despendido pelas mulheres não tem reconhecimento social, é gratuito e tem o status de “ajuda”, sequer sendo considerado um trabalho. Ao homem cabe apenas manter a sua força de trabalho, tarefa que atende essencialmente aos seus próprios interesses e ainda por cima recebe o status de “doação”.

Nesse cenário, para haver a efetividade de uma ação militante é preciso que exista um horizonte bem definido, que não abra mão de uma perspectiva de transformação social, que vislumbra um novo modelo de sociedade, onde os homens se encontrem, de fato, libertos. É necessário combater a visão melancolizada da realidade

que, sob a égide do pensamento pós-moderno, não crê em transformações concretas, promovendo o imobilismo social.

De acordo com essa linha de pensamento, a sociedade se encontra em um estágio pós-industrial, no qual o trabalho fabril foi substituído pelos serviços, e categorias como classe social, estariam ultrapassadas, restando apenas as relações comerciais entre os indivíduos. O mercado livre se impõe e o Estado perde sua capacidade de ação, caracterizando-se como Estado-mínimo. O poder está descentrado e a hierarquia se expressa não em relações estruturais, mas em relações micrológicas. Os sujeitos, despossuídos de uma percepção totalizante da realidade, concentram-se em análises verticais que acabam por seccionar os interesses sociais, impossibilitando o questionamento e a superação do modo de produção atual e, por fim, a eliminação do patriarcado.

Como aponta Freire (2016, p. 52) a “realidade é funcionalmente domesticadora. Libertar-se de sua força exige, indiscutivelmente, a emersão dela, a volta sobre ela. É por isso que só através da práxis autêntica que, não sendo ‘blá-blá-blá’, nem ativismo, mas ação e reflexão, é possível fazê-lo.”

Nesse sentido, Silva (2011, p. 54) ressalta a relevância do plano subjetivo, o que podemos alargar também para o intersubjetivo, que pode forjar as condições para um processo de conscientização.

Como a ideologia é um conjunto contraditório de ideias sobre o real, por mais eficiente que esta seja, o próprio desenvolvimento das forças produtivas contribui para que exista uma discrepância entre as relações interiorizadas como arranjo ideológico relativamente estável e a forma real como as relações operam a realidade concreta e dinâmica. Com isso, uma crise ideológica se instala, o que é vivido conflituosamente pelo indivíduo. Isso pode gerar sentimentos e comportamentos vividos no plano da subjetividade, em que podem prosperar tanto conformismos, reafirmando-se a consciência alienada, como formas de resistências, possibilitando a elevação da consciência, metamorfoseando-se em *consciência em si*.

Freire (2016) aponta que o processo de libertação não deve ser exercido para o povo, e sim com ele. A transformação radical da realidade não ocorre através da intervenção de um grupo pequeno de privilegiados, mas de uma opção acertada de acreditar no povo e dedicar-se a aprender em parceria com ele. Nesse sentido cabe elucidar as contribuições teóricas de Marx e Engels (2003) que apontava para o proletariado como classe que pode transformar a sociedade burguesa. Se essa classe foi destituída de condições dignas de trabalho e se, a ela são dadas apenas as condições mínimas para sua sobrevivência, produção e reprodução da sua força de trabalho, cabe a

esta mesma classe realizar a revolução social que garantirá que os meios de produção e a propriedade privada seja socializada.

Silva (2011, p. 56) reafirma a atualidade dessa posição ao abordar que a luta pelo reconhecimento da liberdade como valor ético central perpassa por aprimorar a

articulação dos diversos grupos que compõe a classe trabalhadora. Só assim se poderiam fortalecer os laços de solidariedade entre esses sujeitos coletivos que, na luta concreta, podem e (devem) ter sua consciência de classe fortalecida. Nesse caso, todos esses sujeitos poderiam passar a se perceber como sujeitos revolucionários que lutam contra a mesma ordem dominante: a ordem burguesa. Isso possibilitaria fazer avançar o projeto emancipatório em direção à emancipação humana, possibilitadora da igualdade substantiva, do respeito à natureza e à vida em todas as suas formas, bem como do convívio solidário entre os sujeitos sociais em suas diferenças.

Na atualidade os movimentos sociais apostam, ou em tese deveriam apostar, no papel do povo para essas transformações que, com o entendimento da existência de outras relações sociais, para além da de classe, se alarga para a leitura de que as mudanças virão daqueles que não correspondem ao modelo posto pelo patriarcado e pelo racismo estrutural. É dever dos educadores/as que se propõem transformadores atentar para a promoção de uma educação que não sirva para reproduzir preconceitos de todas as ordens, sejam eles religiosos, culturais, de etnia-raça, de classe, de gênero, entre outros.

Sobre as relações sociais de gênero é importante que os/as educadores/as em pequenos e grandes gestos não reproduzam um ideário de feminilidade que circunscreve as educandas dentro de limites em função do seu gênero, o que é válido não só para o ambiente escolar, mas que deve ser levado para a vida dos estudantes. Além disso, é preciso refletir junto com os educandos sobre o seu papel enquanto reprodutores desse ideário, que coloca as mulheres em uma posição de dominadas e homens como dominadores. Esse trabalho deve buscar fazer com que não só meninas e mulheres tenham uma visão crítica sobre sua condição na sociedade, reconhecendo seu papel de protagonismo na luta histórica por seus direitos, mas que meninos e homens possam também compreender seus privilégios e, deliberadamente, na prática cotidiana e na luta social buscar estabelecer relações cada vez mais equânimes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de uma discussão sobre o que são relações sociais, e a consubstancialidade/coextensividade das relações sociais de gênero/classe/etnia-raça, o presente artigo buscou delinear como se expressam as relações sociais de gênero, buscando compreender que elementos afetam na sua produção para que seja compreendida a importância de que pedagogos/as em sua formação realizem a práxis, reflexão e ação, possam aderir à uma perspectiva de transformação social em contraponto a conformação a dominação burguesa, machista e racista.

Aos trabalhadores da educação são apresentados os desafios para sua prática e, ao mesmo tempo, caminhos teóricos que possibilitem uma ação realmente militante e comprometida com um projeto de emancipação e libertação humana, que acredite e, portanto, trabalhe em nome de um novo modelo societário, construído não para o povo mas com o povo, em processo de aprendizagem e ação com ele.

REFERÊNCIAS

DELPHY, Christine. Teorias do Patriarcado. HIRATA, Helena [et. al.] (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 173-178.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 62ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. HIRATA, Helena [et. al.] (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 1-7.

MATHIEU, Nichole-Claude. Sexo e Gênero. HIRATA, Helena [et. al.] (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. SP: Ed. UNESP, 2009, p. 222-231.

MARX, K. ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martin Claret, 2003.

SILVA, Marlise V. Diversidade Humana, Relações Sociais de Gênero e Luta de Classes: emancipação para além da cultura. *Revista Em Pauta*, vol. 9, nº 28, Rio de Janeiro, 2011, p. 51-63.

VARIKAS, Eleni. Igualdade. HIRATA, Helena [et. al.] (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. SP: Ed. UNESP, 2009, p. 116-121.